

DESIGUALDADE EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Mateus da Silva de Souza¹; Antonia Valbenia Aurélio Rosa Rodrigues²

¹Graduando pelo Curso de Pedagogia Da Universidade Estadual do Ceará - UECE, mateusinho.souza@aluno.uece.br;

²Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora Contratada da Universidade da Estadual do Ceará - UECE, valbenia.rosa@uece.br.

Resumo

Este artigo centra-se na desigualdade educacional e políticas públicas de inclusão social, a partir do estudo de revisão de literatura. Objetiva discutir as desigualdades educacionais com foco nas políticas públicas de inclusão, a partir das intersecções família e escola. A metodologia é de abordagem qualitativa e de revisão de literatura, a partir de artigos científicos, capítulos de livros e livros, buscando compreender as concepções e explicações para a superação das desigualdades educacionais e de como políticas públicas têm contribuído para a inclusão escolar do aluno oriundo de camadas sociais mais pobres. O interesse em investigar a temática surgiu das experiências vivenciadas, pessoal e acadêmica, para o entendimento das desigualdades escolares e as relações família e escola em contexto de pobreza. Entendeu-se que as relações entre os temas avançam para a exclusão, políticas e programas sociais que atendem famílias de baixa renda, apoiados nos estudos de Freire (2021), Castel (2008), Candau (2020), entre outros. Como objetivo do estudo é pesquisar e analisar como a desigualdade social afeta estudantes em situação de pobreza no ambiente escolar, levando em consideração os impactos dessa realidade em sua trajetória escolar, no acesso à uma educação de qualidade. A centralidade do estudo está nas desigualdades sociais e educacionais, uma vez que os desafios enfrentados pelos estudantes para o entendimento dos resultados escolares. Por fim, entendeu-se a importância da escolarização dos sujeitos como possibilidade de melhoria das condições em que vivem.

Palavras-chave: Desigualdade social. Escola. Políticas públicas. Inclusão.



Introdução

Este artigo centra-se na desigualdade educacional e políticas públicas de inclusão social, a partir de um estudo de revisão de literatura. Objetiva-se discutir as desigualdades educacionais com foco nas políticas públicas de inclusão, a partir das intersecções família e escola.

Foi-se delineando como objetivo geral, pesquisar e analisar como a desigualdade social afeta estudantes em situação de pobreza no ambiente escolar, levando em consideração os impactos dessa realidade em sua trajetória escolar, no acesso à uma educação de qualidade

O interesse em investigar a temática desigualdade educacional e as políticas de inclusão no Brasil, se deu através das experiências vivenciadas ao longo da minha trajetória pessoal e acadêmica. Ainda, tem sido centralidade em parte significativa das pesquisas em Educação nos últimos anos, os estudos apresentam seus resultados de pesquisas, relacionando intersecções entre os indicadores sociais e educacionais com impactos na escolarização do aluno. Esses fatores são atribuídos a busca de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo um desafio, para garantir direitos e oportunidades para todos os sujeitos sociais.

A metodologia do estudo é de revisão de literatura, realizada através de um mapeamento na literatura nacional nos últimos 10 anos. O acesso foi na forma online, no banco de dados de produções acadêmicas nacionais, através dos marcadores: Desigualdades Educacionais, Políticas Públicas, Escola e Inclusão. Buscando compreender as concepções e explicações de autores para o entendimento da superação das desigualdades educacionais e de como as políticas públicas têm contribuído para a inclusão do aluno oriundo de camadas sociais mais pobres, Outra questão é a relação família e escola, com foco na melhorias dos indicadores e resultados escolares promovendo uma escola mais justa, assim como uma sociedade que tenha mais sujeitos com direitos iguais e com a uma vida mais digna e humana. Após a seleção do material catalogado, os documentos foram analisados 10 artigos científicos utilizando o mapa conceitual como metodologia de estudo e análise.

Políticas Públicas de inclusão surgem como instrumentos para promover a equidade social buscando reduzir as desigualdades resultantes de processos estruturais e históricos, que ainda afetam diversos grupos minoritários e em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo dos anos esses grupos vêm vivenciando e enfrentando diversas dificuldades, o que de modo errôneo foram naturalizadas, o que resultou no esquecimento desses sujeitos e esses passaram a sofrer ainda mais diversas formas de exclusão, como o acesso à educação, ao mercado de trabalho, a segurança, a moradia digna, a saúde e consequentemente a sua participação plena na sociedade. Assim, a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão torna-se essencial para buscar assegurar esses cidadãos e fazer com que esses possam exercer seus direitos de maneira plena e digna. Essas políticas são importantes pois envolvem ações afirmativas, adaptações estruturais e iniciativas educacionais onde visam promover a diversidade e combater a discriminação.

Após as análises dos textos selecionados, buscou-se identificar as categorias e as interseções temáticas, o resultado deste processo apontou para duas subseções: o primeiro orientado pelas políticas públicas de inclusão; e o segundo pela relação escola e família.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa qualitativa e de revisão de literatura, para Minayo (2021), a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p. 16). Neste estudo o caminho percorrido foi através das leituras realizadas de artigos científicos, capítulos de livros, livros, buscando compreender como as desigualdades afetam e impactam os sujeitos em condições mais pobres, incluindo nos processos escolares de alunos(as) da escola pública.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2021), responde a questões muito particulares, que neste estudo trata das desigualdades existentes no país. Neste sentido, a autora destaca que o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2021, p. 21-22), exigindo do pesquisador a análise de conceituações e significados nas relações humanas.

Neste estudo, os artigos científicos foram acessados através do site scielo.br, a busca ocorreu a partir dos marcadores desigualdades sociais e educacionais. Entendeu-se que as relações entre os temas avançam para a exclusão, políticas e programas sociais que atendem famílias de baixa renda. Percebeu-se uma vasta produção científica nos últimos anos, mas,

priorizou-se um recorte teórico dos últimos dez anos. Após a busca, catalogação e seleção, obteve-se 10 artigos científicos, que após a leitura prévia do resumo, depois, foram analisados apoiado na metodologia de estudo mapa conceitual, buscando correlacionar as temáticas e autores.

De acordo com Novak (2010), o mapa conceitual possibilita e facilita na organização e também na representação de conhecimentos possibilitando uma aprendizagem significativa e reflexiva. A construção do mapa conceitual tem significância nas pesquisas que buscam um mapeamento bibliográfico, pois, as análises e coletas de dados exige que o pesquisador tenha conhecimento da literatura referente aos seus estudos.

Partiu-se para as análises dos textos, a partir da elaboração do mapa conceitual, a metodologia possibilitou conhecer e analisar conceitos, teorias e autores nas explicações das relações de desigualdade social e educacional e como podem interferir no desempenho escolar dos estudantes.

Desenvolvimento

Entende-se por políticas públicas de inclusão social são ações estruturadas pelo Estado, objetivando a redução das desigualdades existentes no país. Das políticas públicas de inclusão social, exemplifica-se às de atendimento à saúde, educação, moradia para as pessoas mais em condição de pobreza e vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade é entendida a partir de Robert Castel (2008), onde as diferentes formas de desigualdades sociais levam o sujeito à condição de excluído e uma delas está relacionada à condição de pobreza. Esta pode deslocar este sujeito para uma situação de vulnerabilidade social (CASTEL, 2008, p. 27), em que ele e sua família passam a depender da proteção do Estado como forma de existência e sobrevivência.

A exclusão de acordo com o autor, se torna evidente quando aqueles que se inscrevem na condição de vida precária e sofrem discriminação devido a alguns fatores, tais como: origem étnica e cultural, condição de renda, de saúde, de moradia e de dependência das políticas de proteção social.

Na relação dos sujeitos com desigualdades sociais, resultante das questões estruturais como as existentes na sociedade brasileira, é necessário refletir sobre o papel das políticas sociais, para o enfrentamento das condições de pobreza na qual o sujeito se encontra.

A escola, enquanto instituição que possibilita a integração social desempenha um papel fundamental no acesso, os impactos na escolarização dos sujeitos, acontecem a partir das diretrizes de redução das desigualdades sociais e melhoria na aprendizagem.

Conforme afirma Castel (2008), o modelo de escola que se apresenta ao aluno excluído se encontra distante do modelo necessário para sua adaptação à cultura escolar legitimada socialmente. Para o autor, as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos oriundos dos processos de exclusão enfrentam dificuldades de integração cada vez mais profunda como o desemprego e atividades com baixa remuneração.

Nessa lógica, os desafios enfrentados pelos estudantes em vulnerabilidade social não se limitam apenas ao acesso à escola, mas também a permanência, a aprendizagem significativa e a valorização da sua identidade tanto cultural quanto a social. O modelo de escola que se apresenta ao aluno excluído muitas vezes se encontra distante do modelo necessário à adaptação do excluído da cultura escolar legitimada socialmente. A esse respeito, Freire (1987), afirma que a educação brasileira deve ser um instrumento de emancipação e transformação social. O autor defende que é necessário romper com o método da educação bancária e buscar investir em práticas pedagógicas usando as teorias da dialogicidade, que valorizem o saber prévio dos alunos e promovam a sua criticidade, considerando o contexto social e cultural.

Contudo, para compreender a desigualdade escolar é necessária uma análise multidimensional, envolvendo aspectos econômicos, sociais, pedagógicos e culturais. A escola precisa ser um espaço que esteja preparada para acolher esses sujeitos na sua integridade, assim promovendo ações que garantam equidade no processo educacional.

No Brasil, programas sociais de cunho assistencialistas como o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 e regulamentado pelo decreto n. 5.209/2004 (Brasil, 2004), tem se caracterizado pela sua abrangência em relação ao número de famílias atendidas. É um programa de transferência direta e condicionada de renda, ou seja, além de estar em condição de pobreza, é necessário cumprir certas condicionalidades relacionadas à educação e à saúde, por exemplo.

Tais condicionalidades justificam-se pela proposta do programa de transferência de renda mínima, que é ultrapassar o alívio imediato dos efeitos da pobreza, assim, garantir o acesso

das famílias menos favorecidas a direitos sociais fundamentais, como a escolaridade.

Algumas condicionalidades abrangem a realização de exames pré-natais, o acompanhamento nutricional, a vacinação e o cumprimento da frequência escolar mínima. Portanto, são políticas de intervenção, que na atualidade tem atingido em torno de 20 milhões de famílias, em todos os 5.570 municípios do país, de acordo com os dados publicados pelo Governo Federal, em dezembro do ano de 2025. O investimento do Governo Federal foi de R\$13,8 bilhões, onde atendeu 9,12 milhões de crianças com idades compreendidas entre zero a seis anos; 12,3 milhões de atendidos foram crianças e adolescentes de sete anos a dezesseis anos incompletos, e 2,6 milhões foram adolescentes com idades entre dezesseis anos a dezoito anos incompletos. O valor médio do benefício no mês citado acima é de seiscentos e setenta e um reais e oitenta e um centavos (R\$671,81).

Diante do exposto o Governo Federal tem buscado fazer a integração de ações envolvendo todos os entes da federação e a sociedade civil quando se pensa nos no conteúdo das políticas públicas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), Título IV, da Organização Da Educação Nacional, Artigo 9º, trata da colaboração entre os entes federativos, União, Estados e Municípios, para o atendimento do ensino obrigatório o que é fundamental para a execução do Plano Nacional de Educação (PNE). Essa articulação também consta no (PNE 2014-2024) como uma importante estratégia para o enfrentamento da pobreza. Nele destaca-se a defesa de ações que possam garantir, especialmente, o acesso e a permanência na educação de estudantes oriundos das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda (BRASIL, 2014).

A melhoria dos indicadores educacionais tem sido a atenção das políticas nos últimos anos, o abandono escolar se dá quando o estudante deixa de frequentar o ambiente escolar antes de concluir a sua etapa de ensino, muitas vezes associada à pobreza. O afastamento às vezes ocorre pela necessidade de trabalhar, a falta de apoio da família e dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, a permanência escolar está vinculada à condição do aluno em continuar frequentando e participando do ambiente escolar até que ele possa concluir a educação básica. Para isto, a sua permanência depende de fatores como o acolhimento na escola e a qualidade do ensino ofertado.

A pobreza e a desigualdade social são tratadas, nos PNEs e nos PPA's analisados, como "problemas" centrais a serem atacados, sendo a educação uma mediação fundamental para o



seu enfrentamento. Os documentos não apresentam uma elaboração conceitual específica sobre tais categorias, tampouco desenvolvem quaisquer reflexões sobre os determinantes estruturais da pobreza e das desigualdades sociais (e educacionais especificamente). De modo geral, com base na distinção apresentada por Garcia (2012), considerando a tomada das linhas de pobreza e pobreza extrema, além de outros indicadores como referência, podemos entender que há um foco na dimensão econômica do fenômeno, ao mesmo tempo que a ênfase dada à necessidade de fortalecimento da cidadania assinala a sua dimensão política.

Por sua vez, as desigualdades educacionais, por constituírem uma expressão das desigualdades sociais, também são consideradas um importante parâmetro para a organização da política educacional. De modo geral, são referenciadas a partir do dimensionamento do número de analfabetos (absolutos e funcionais); do abandono escolar; dos índices de repetência; de anos de estudo; da qualidade do ensino, considerando as estruturas escolares e a formação dos profissionais da educação, tudo isso, relacionado aos fatores anteriormente citados.

Do ponto de vista da Educação: desigualdade e exclusão, explicam as relações de inclusão e exclusão no contexto da escola são tensionados através das políticas de inserção social, principalmente, as que incidem sobre a transferência direta de renda, como justificativa para a superação das desigualdades educacionais e bem-estar social. De acordo com (GOMES, 2024, p.09) a fala de um dos participantes do estudo, ressaltando as dificuldades de viver em locais vulneráveis, em muitas situações existe a ausência do Estado. Para o autor, relatos como “viver o aqui e o agora”, sendo “difícil projetar o futuro”. No contexto da educação quando há uma alta concentração de pobreza em determinados bairros, ou regiões os sujeitos sofrem a exclusão como um efeito do local de moradia, onde as condições da habitação, a falta da infraestrutura urbana e a segurança pública contribuem para a ausência de perspectivas desses sujeitos em relação a educação, já que as condições não o induz o despertar ou a busca por uma vida digna ou melhoria social.

A escola deve ser uma política de apoio onde representa ser um espaço para a promoção da inclusão social, da igualdade de oportunidades e da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Mais do que ensinar conhecimento a escola atua sendo um agente transformador que deve oferecer suporte emocional, social e pedagógico aos estudantes. Ela

deve desenvolver ações que garantam o acesso, permanência e o sucesso escolar, especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade. Assim, incluindo programas de reforço, acompanhamento psicológico, alimentação escolar, inclusão digital, projetos culturais e esportivos assim, tornando um ambiente que acolhe e orienta os estudantes ajudando a romper ciclos como a exclusão e a pobreza, além de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

A seguir, a relação escola e família está presente nas políticas públicas no Brasil, onde a desigualdade escolar é o reflexo das estruturas sociais desiguais que moldaram o país. A história da educação brasileira nos mostra em seu percurso, uma passagem de um modelo jesuítico e elitista para a redemocratização do sistema escolar. Nos dias atuais a tentativa pela a inserção do aluno oriundo de contextos sociais mais empobrecidos, busca alcançar a universalização do ensino.

Durante o século XX, um grupo de intelectuais implantou o imperativo pedagógico no qual a revolução reivindicava, no ano de 1932 foi promulgado o Manifesto dos Pioneiros, após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Anísio Teixeira, se tornou um dos principais defensores da Escola Nova, um movimento educacional que propôs uma reforma radical do sistema educacional brasileiro, pela defesa da universalização da escola pública, gratuita e laica, e a necessidade de uma educação na qual não fosse apenas uma forma de formação para a elite, mas que atendesse a todos independentemente de raça e condições financeira. Defende portanto, que a educação deveria ser um direito de todos e que a escola deveria ser o principal meio de combate às desigualdades sociais.

Nos anos de 1980, surge o movimento da didática crítica a partir das motivações e necessidades de se discutir problemas educacionais, assim como seus vínculos com o contexto político e econômico vivenciado pela sociedade brasileira. Esse movimento é, portanto, com possibilidade do ensino crítico e reflexivo. (Candau, 2020). No contexto atual, o papel da didática apresenta um ensino voltado a prática social, de seus reais problemas e com instrumentos teóricos para uma consciência crítica capaz de colaborar com os processos de mudanças da realidade social. Dentre as mudanças educacionais e políticas significativas, está a redemocratização, que impactou diretamente a educação nacional. Esses eventos

resultaram no esforço maior que integrou a cultura nas políticas educacionais e a valorização da diversidade cultural na educação brasileira.

Nos anos 2000, os resultados educacionais pareciam inaceitáveis diante das políticas neoliberais e pela consolidação de uma lógica produtivista que reconfigurou de forma profunda as práticas, os objetivos e as formas de gestão das instituições educativas. O período evidenciava um cenário no qual a busca por eficiência, mensurabilidade dos resultados, com a responsabilização individual assumia centralidade no discurso educacional, também produziram redução curricular e o empobrecimento das práticas pedagógicas.

As desigualdades educacionais resultam desse processo histórico, econômico e social, onde a escola como um espaço de reprodução das desigualdades, tem assumido o lugar da resistência às desigualdades sociais, desempenhando um papel crucial na vida de crianças e adolescentes em situação de exclusão e vulnerabilidade social. O sistema educacional tende a ser um meio que reproduz as desigualdades sociais por meio da valorização de um “capital cultural” (Bourdieu, 1998) que é mais acessível principalmente por classes sociais privilegiadas, colocando o aluno de contextos populares em uma desvantagem logo no início do seu processo educativo. O capital cultural é um conceito discutido por Bourdieu, resultante dos conhecimentos adquiridos pelo sujeito em sua trajetória de vida. No entanto, há saberes construídos através do sistema de ensino, que para uma parte significativa da população brasileira constitui como privilégio, dada a diferenciação entre as condições socioeconômicas das pessoas.

As famílias e seus filhos e filhas de condições sociais mais pobres, são identificados através da baixa renda por possuir renda per capita de até meio salário-mínimo, portanto, vinculados ao Programa Bolsa Família. Muitas famílias experienciam uma vida precária pois residem em áreas periféricas, urbanas e rurais, com acesso limitado a serviços públicos de qualidade, como saúde, moradia adequada e transporte. Já no âmbito educacional, os sujeitos mais pobres enfrentam múltiplos desafios que podem interferir em seu desempenho escolar, incluindo a falta de acesso e permanência na escola, recursos didáticos, a dificuldade do acesso à internet, alimentação, saúde e transporte.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 e regulamentado pelo decreto n. 5.209/2004 (Brasil, 2004), caracteriza-se como programa de transferência direta e

condicionada de renda, ou seja, para ser beneficiário, além de estar em condição de pobreza, é necessário cumprir algumas condicionalidades relacionadas à educação e à saúde. Tais condicionalidades justificam-se pela proposta do PBF, que é ultrapassar o alívio imediato dos efeitos da pobreza, da extrema pobreza e indigência quebrando o ciclo intergeracional de muitas famílias.. Assim, procura-se garantir o acesso das famílias menos favorecidas a direitos sociais fundamentais, o que envolve aumentar o grau de escolaridade dos seus membros. As condicionalidades abrangem a realização de exames pré-natais, o acompanhamento nutricional, a vacinação e o cumprimento da frequência escolar mínima.

Outro elemento importante é a questão da alimentação, a escola através da merenda escolar desempenha uma importante política pública de assistência e promoção social, voltada para a garantia do direito à alimentação e permanência de estudantes na escola.

Essa política no Brasil é institucionalizada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que assegura o fornecimento de refeições balanceadas e nutritivas a alunos da rede pública do ensino básico. A merenda representa uma das principais fontes de alimentação diária para muitos estudantes, principalmente para os de baixa renda, onde há a contribuição não apenas para o combate à fome, mas também para a desnutrição e para gerar melhor desempenho escolar, além da redução da evasão. Dessa forma, a merenda escolar vai muito além de uma simples refeição ofertada, ela se constitui como uma política de proteção social, e de igualdade de oportunidades fazendo essa integração em conjunto a ações do Estado em busca promoção da cidadania.

Mesmo com algumas limitações e a vinculação da bolsa família as famílias pobres têm se mostrado relevantes na promoção da permanência do aluno no contexto escolar, uma vez que o recebimento dos valores pagos através do PBF está associado a frequência mínima na sala de aula, seguindo do acompanhamento do desempenho educacional. Contudo, o perfil desses alunos não reflete apenas a realidade da desigualdade socioeconômica brasileira, mas o potencial que essas políticas de transferência de renda como instrumento de inclusão social e de ampliação das oportunidades educacionais.

Compreende-se que a relação da Escola, Família e Políticas Públicas registram novas formas de relações no cenário atual. A família e a escola se relacionam e passam a ser representadas nos documentos da política voltada à educação, um dos documentos



norteadores desta relação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9394/96).

É importante considerar a participação e a construção coletiva por uma educação de qualidade social e equidade, na tentativa de superação das condições sociais dos sujeitos que vivem os processos de exclusão social.

Assim, foram produzidos instrumentos de avaliação que apresentassem os resultados da aprendizagem bem como a minimização da distorção série e idade, resultados do fracasso escolar, portanto, da evasão e repetência. A reflexão crítica sobre os processos de aprendizagem tornou-se imprescindível, sobretudo diante dos desafios impostos por algumas políticas à qualidade social da educação.

Sistemas de avaliação em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil e o novo formato do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), todos concebidos como instrumentos para monitorar o desempenho escolar e orientar políticas públicas. Ainda assim, ao mesmo tempo intensifica a ênfase na eficiência e na

meritocracia reforçando a crença de que a qualidade da educação poderia ser aferida essencialmente a partir de indicadores numéricos e resultados padronizados.

As necessidades de repensar os processos de aprendizagem surge justamente da constatação de que a educação não pode ser regida exclusivamente de princípios para o mercado, mas, deve essencialmente priorizar a sua função social, humanizadora e emancipadora. Assim, reafirmar o caráter integral, democrático e crítico da aprendizagem tornou-se, portanto, uma tarefa urgente para superar tais limites impostos pelo produtivismo e construir uma escola capaz de responder às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Considerações finais

Diante das análises desenvolvidas e apresentadas aqui, o estudo evidenciou que as condições sociais e econômicas das famílias exercem influência direta e de forma significativa na trajetória educacional dos estudantes que vivem em condição de pobreza, podendo ter impactos no acesso, na permanência e nos resultados escolares.

A escola nos dias atuais, se configura como um espaço de promoção da igualdade, uma vez que nela, há políticas afirmativas e políticas públicas para redução das desigualdades sociais e educacionais. No entanto, há disparidades para o acesso equitativo, tais como gênero, raça e que ainda necessitam de reflexões. Ainda, é possível perceber mecanismos que reforçam a exclusão social segregando grupos de pessoas mais vulneráveis.

Dessa forma, ainda que a escola seja concebida como um espaço de democratização do conhecimento, é necessária atenção aos fatores que podem contribuir para o afastamento do aluno da escola, contribuindo para indicadores como evasão escolar. Neste contexto, torna-se imprescindível que a instituição escolar assuma de forma crítica o seu papel social, articulando ações para o enfrentamento de tais desigualdades e valorize as vozes de professores, gestores e estudantes.

Por fim, espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para reflexões e ações futuras no campo educacional, especialmente no que diz respeito à formulação e ao firmamento de políticas públicas comprometidas com a equidade e a inclusão social. Compreender a escola como um espaço de superação da exclusão e a pobreza é um passo fundamental para a construção de uma educação mais justa, democrática e de equidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3a edição, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2010..

CANDAU, Vera Maria. Didática novamente em questão: fazeres-saberes pedagógicos em diálogos, insurgências e políticas. *In*: CANDAU, Vera Maria; CRUZ, Giseli Barreto da;

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J.. **Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais ***. Educar em Revista, n. spe.2, p. 131–147, set. 2012.

GOMES, R. F. D.; AZEVEDO, G. A. N.. **A educação em um contexto de vulnerabilidade social: contribuições teóricas a partir de diálogos com a juventude favelada da Maré-RJ**. Sociedade e Estado, v. 39, n. 1, p. e47145, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-29. 2010.